

RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

21 de junho de 2022



A semana passada foi marcada pela confirmação da trágica morte do indigenista Bruno Araújo Pereira e do jornalista Dom Philips. Impossível não associarmos o fato à omissão e descaso das autoridades com a floresta amazônica e com as populações originárias. Um projeto político que inclui o desmonte de órgãos de fiscalização ambiental, o afrouxamento de regras para o garimpo, o esvaziamento da FUNAI e mortes de indigenistas e lideranças da região.

Relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) indica que [80% das mortes por conflitos no campo, ocorridos em 2021, foram na Amazônia](#). E que [até maio de 2022, 19 pessoas foram assassinadas por conflitos no campo](#). Várias delas impunes. Esperamos que este não seja o destino do assassinato de Bruno e Dom.

Queremos saber quem mandou matar Bruno e Dom. E, por falar nisso, **continuamos querendo saber quem mandou matar Marielle Franco.** No meio de disso tudo, o presidente anuncia que vai a Manaus. Para que? Para realizar mais uma motociata. É esse ser desumano que temos a governar o Brasil.

No Congresso Nacional, numa semana curta com o feriado na quinta-feira, segue repercutindo a divulgação de desastrosas publicações do ministério da Saúde.

Na **Câmara**, a Comissão de Seguridade Social e Família aprovou o [REQ 104/2022](#), de autoria do deputado Alexandre Padilha (PT/SP), para a realização Audiência Pública (por videoconferência) para discussão do tema: *“Manual de Atenção Técnica Para Prevenção, Avaliação e Conduta nos Casos de Abortamento”*. No **Senado**, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), aprovou o REQ 23/2022 para a realização de audiência pública com o objetivo de discutir o conteúdo da sexta edição da Cartilha da Gestante, [criticada por recomendar práticas ultrapassadas](#), agressivas e humilhantes para serem utilizadas com as gestantes e parturientes.

Diferentes organizações se posicionaram de forma firme contra o conteúdo do “manual”. A **Rede Feminista de Ginecologista e Obstetras** e a **Rede Médica pelo Direito de Decidir**, lançaram uma **nota de repúdio** à nova publicação do Ministério da Saúde sobre abortamento: **Aborto é cuidado em saúde e não uma questão criminal**, onde solicitam que o documento seja revogado e imediatamente retirado da plataforma virtual da Biblioteca Virtual em Saúde, por induzir os profissionais a práticas obsoletas, não recomendadas e criar uma ambiência ameaçadora contra as meninas e mulheres brasileiras.

E chamam a atenção: *“O documento ‘Atenção Técnica para Prevenção, Avaliação e Conduta nos Casos de Abortamento’ publicado pelo Ministério da Saúde “**contém inúmeros erros conceituais, condutas obsoletas, sem respaldo de evidências científicas atuais, e recomendações equivocadas que visam criminalizar e torturar meninas, mulheres e profissionais de saúde que delas cuidam nas situações de aborto legal no Brasil.** O texto é visivelmente ideológico, com forte carga antidireitos humanos, e propaga desinformação”*.

A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (**ABRASCO**), o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (**CEBES**), a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (**SBMFC**), a Associação Brasileira de Enfermagem de Família e Comunidade (**ABEFACO**), também **lançaram nota repudiando a publicação**, onde afirmam: *“São vários os descabros do documento: desde o suposto reconhecimento dos direitos patrimoniais de nascituros, a necessidade de investigação policial nos casos de gravidez decorrente de estupro, o não reconhecimento do óbito materno por aborto como um problema de saúde pública”*.

Um exemplo terrível de como a política do Governo Federal reverbera nas mais diferentes instituições públicas, o **The Intercept Brasil** e o **Portal Catarinas** publicaram uma matéria conjunta em que denunciam a conduta de uma juíza de Santa Catarina. Em audiência, ela tenta coagir uma menina de 11 anos a desistir da interrupção da gravidez oriunda de um estupro.

Resultados da agenda da semana

13 a 17 de junho

Na **Câmara**, a **Comissão de Finanças e Tributação (CFT)** aprovou o **parecer** do relator, deputado Luis Miranda (REPUBLICANOS/DF), ao **PL 4133/2020**, de autoria do deputado Kim Kataguirí (União/SP), que altera a Lei Maria da Penha a fim de garantir mecanismos de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica em contexto de pandemia. O projeto segue para a Comissão de Constituição Justiça e de Cidadania (CCJC), em caráter conclusivo

A **Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMulher)** aprovou o **parecer** com emenda ao **PL 3436/2021**, de autoria do deputado Francisco Jr. (PSD/GO) e Maria Rosas (REPUBLIC/SP), que inclui a garantia de assistência fisioterapêutica aos pacientes submetidos à cirurgia de mastectomia. A matéria vai à CSSF.

E o **PL 4603/2020**, de autoria do deputado Ney Leprevost (PSD/PR), que institui a proteção especial nos primeiros 1.000 (mil) dias de vida das crianças nascidas na Rede Pública de Saúde, foi mais uma vez retirado de pauta por solicitação do relator, deputado Diego Garcia (Republicanos/PR), para reexame.

No **Senado**, a **Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)**, aprovou o **parecer** do relator pela aprovação do **PLS 430/2018**, na forma do substitutivo. De autoria do senador Telmário Mota (PROS/RR), o projeto estabelece a obrigatoriedade de instalação de banheiro familiar e fraldário em ambientes coletivos, públicos ou privados. Agora será analisado na CCJ, em decisão terminativa.

Veja [aqui outros resultados da Agenda da Semana](#).

Em pauta na semana

20 a 24 de junho

No **Plenário**, entrará em discussão um Projeto de Lei que institui uma Campanha Nacional de Incentivo à doação de cabelo a Pessoas Carentes em Tratamento de Câncer. É o [PL 610/2021](#), do deputado Vinicius Carvalho (REPUBLIC-SP).

Tem também o [PL 130/2019](#), da deputada Renata Abreu (PODE-SP), para ampliar a assistência à gestante e à mãe no período pré e pós-natal.

Na pauta da **Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMulher)** realizada nesta terça-feira, 21 de junho, foi aprovado o [REQ 17/2022](#), de autoria das deputadas Sâmia Bomfim (PSOL/SP) e Vivi Reis (PSOL/PA), que *"requer o convite do Secretário de Atenção Primária à Saúde, Raphael Câmara Medeiros Parente, para que preste esclarecimentos ao Plenário da Comissão dos Direitos da Mulher acerca do guia denominado "Atenção Técnica para Prevenção, Avaliação e Conduta nos casos de abortamento"."*

Veja [aqui as propostas analisadas](#) na CMulher.

Veja [aqui outros pontos incluídos na pauta do Plenário e de diferentes Comissões](#).

Novas propostas apresentadas

Dia Nacional do Planejamento Familiar é o que propõe o [PL 1671/2022](#), de autoria da senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP).

Direitos das mulheres que tenham sofrido perda gestacional é sobre o que dispõe o [PL 1640/2022](#), de autoria da deputada Geovania de Sá (PSDB/SC).

Seguem as propostas no campo da violência

PL 1604/2022, de autoria da senadora Simone Tebet (MDB/MS), altera a Lei Maria da Penha para dispor sobre as medidas protetivas de urgência e estabelecer que a causa ou a motivação dos atos de violência e a condição do ofensor ou da ofendida não excluem a aplicação da lei.

PL 1591/2022, de autoria do deputado Capitão Alberto Neto (PL/AM), estabelece medidas de proteção ao noticiante e ao denunciante da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher e tipifica como crime a conduta de deixar de comunicá-la à autoridade pública.

PL 1449/2022, de autoria do deputado Rubens Pereira Júnior (PT/MA), altera o Código Penal, para prever como agravante de pena a prática de crime cometido com violência, ameaça ou constrangimento à vítima na presença de filho menor desta.

Isenta de Imposto de Renda os recursos pagos a título de alimentos

PL 1630/2022, de autoria do deputado Carlos Henrique Gaguim (União/TO), para isentar do imposto de renda as importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial, de acordo homologado judicialmente ou de separação ou divórcio consensual realizado por escritura pública, inclusive alimentos provisionais ou provisórios.

SUS deve oferecer serviços de prevenção de danos neurológicos em recém-nascidos

PL 1551/2022, de autoria da senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), altera a Lei que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência para explicitar a obrigação do SUS de oferecer ações e serviços de prevenção de danos cerebrais e sequelas neurológicas em recém-nascidos.

Capacitação para mães de autistas. E os pais de autistas?

PL 1672/2022, de autoria do deputado Alexandre Frota (PSDB/SP), cria o Programa de Capacitação de Mães de Portadores de Transtorno do Espectro Autista.

Torna crime oferecer cigarros e assemelhados para crianças e adolescentes

PL 1651/2022, de autoria da deputada Lídice da Mata (PSB/BA), altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime a disponibilização de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos, cigarros eletrônicos e assemelhados, narguilés, ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco para crianças e adolescentes.

Casa de acolhimento para vítimas de violência contra LGBTQIA+

PL 1540/2022, de autoria do senador Rogério Carvalho (PT/SE), dispõe sobre as Casas de Acolhimento das Vítimas de Violência LGBTQIA+, institui política de reserva de cargos, em sociedades empresárias, para jovens acolhidos pelas Casas de Acolhimento das Vítimas de Violência LGBTQIA+, e garante aos jovens atendidos pelas Casas de Acolhimento das Vítimas de Violência LGBTQIA+ vagas nas instituições federais de ensino superior.

Vale a pena conferir!

Boletim Futuro do Cuidado nº 9 - Justiça Reprodutiva em tempos de eleições

Boletim Futuro do Cuidado nº 8 - Justiça Reprodutiva em tempos de eleições

Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: Caderneta da gestante e o culto à violência obstétrica

SPW: A política Sexual de março a maio de 2022

Universa/UOL – Rute Pina: ONG denuncia ao MPF cartilha de secretário da Saúde que criminaliza aborto